



Revista de História
ISSN: 0034-8309
revistahistoria@usp.br
Universidade de São Paulo
Brasil

de Salles Oliveira, Cecilia Helena
Escrita da história e política: contribuição para o estudo dos suportes textuais e visuais da memória do
Império projetada no Museu Paulista da USP
Revista de História, , 2010, pp. 147-164
Universidade de São Paulo
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=285022063008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



ESCRITA DA HISTÓRIA E POLÍTICA: CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DOS SUPORTES TEXTUAIS E VISUAIS DA MEMÓRIA DO IMPÉRIO PROJETADA NO MUSEU PAULISTA DA USP

Cecilia Helena de Salles Oliveira

Museu Paulista/USP e Pesquisadora/CNPq

Resumo

Esta proposta de exposição resulta de duas linhas de questionamento articuladas em torno dos nexos entre história, memória e política. A primeira, constitui desdobramento de atividades desenvolvidas no Museu Paulista da USP e refere-se aos fundamentos da escrita da história no século XIX, aos suportes textuais e imagéticos dessa escrita e ao papel dos museus em sua consolidação e difusão. A segunda, consolidou-se, particularmente, a partir do projeto de pesquisa *O Estado monárquico e a questão do poder moderador – teoria e práticas políticas (1822/1862)*. Como lembrou Manoel Luiz Salgado Guimarães, no prefácio ao livro de François Hartog, *O século XIX e a história* (2003) “...cada geração reinventa o legado que deseja assumir como seu legado presente e essa tarefa cria a necessidade de repensar a história, especialmente para aqueles que a tomaram como exercício de um ofício, de uma profissão e de um magistério. Nesse mesmo momento, redefinem as práticas que viabilizam o conhecimento do passado, reinventando a própria operação histórica num cenário de tensões e conflitos, a partir do qual a disputa pelo passado remete às disputas pela significação do próprio presente....”. No tocante ao Monumento do Ipiranga e ao Museu Paulista, é notório que a memória da Independência e do Império ali sedimentada por meio da arquitetura, de pinturas e esculturas foi deliberadamente idealizada quando a separação de Portugal, a reinvenção da monarquia e a construção política da nação haviam já deixado de ser o cerne dos enfrentamentos que perpassavam a sociedade brasileira. Contudo, é importante reconhecer que essas expressões visuais propõem entendimentos e interpretações que se referenciam em discursos historiográficos do século XIX, a despeito de não se confundirem com eles. De quais versões seriam tributárias? Seria possível mapear os principais referenciais nos quais os construtores do Monumento e posteriormente do Museu se inspiraram? De que modos específicos espelhariam uma escrita da história? Sobre quais cânones esta escrita se sustentaria? No encaminhamento dessas indagações, adquirem especial ressonância obras como as de Silva Lisboa (1826/1830) e Armitage (1837). Ambas expressam, por intermédio de complexas mediações políticas e procedimentos específicos relacionados à escrita da história no século XIX, projetos antagônicos de Império. Considera-se que exerceram importante influência na produção historiográfica posterior, e que a compreensão do predomínio adquirido pela interpretação de Cairu, ao longo do século XIX, pode auxiliar o entendimento das premissas e concepções sobre as quais se sustentou a memória do Império inscrita no Museu Paulista, assim como em outras manifestações artísticas e culturais que fazem parte das tradições com as quais aprendemos a identificar a nação e suas origens.





“... Articular historicamente algo passado não significa reconhecê-lo ‘como ele efetivamente foi’. Significa captar uma lembrança como ela fulgura num instante de perigo...” (Walter Benjamin)¹

1. Introdução

As considerações aqui apresentadas fazem parte de pesquisa mais ampla ainda em andamento² e foram suscitadas, em grande medida, pela necessidade de enfrentar uma questão que é fundamental para quem trabalha em um museu de história: refiro-me às tensões/contradições entre os procedimentos que cercam a produção de conhecimentos no campo da história contemporaneamente e os modos pelos quais são exteriorizados em um museu.³

Não se trata apenas de constatar que nos museus – assim como em outras instituições criadas com a finalidade de preservação de patrimônios, a exemplo de bibliotecas e arquivos – o acolhimento, seleção, catalogação e conservação de peças e coleções são práticas atravessadas por critérios histórica e politicamente concebidos e, portanto, envolvem exclusões e incorporações deliberadas, recortes do imenso arsenal que é culturalmente forjado, consumido e considerado obsoleto ou descartável.

Trata-se de reconhecer, sobretudo, que os museus são espaços de configuração de escritas sobre e da história cujos suportes são prioritariamente visuais. Ou seja, ainda que conceitos possam ser veiculados nos museus pela palavra, prevalece o recurso à visualidade.⁴

No tocante ao Monumento do Ipiranga e ao Museu Paulista, é notório que as memórias da Independência e do Império, sedimentadas por meio da arquitetura, de pinturas e esculturas, foram deliberadamente idealizadas quando a separação de Portugal e a reinvenção da Monarquia já haviam deixado de ser o cerne dos

¹ KOTHE, Flávio (org). *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1985, p. 156.

² Trata-se de *Escrita da história e política: “revolução” e projetos de Império no Brasil, 1822/1834*, projeto financiado pelo CNPq na modalidade bolsa de produtividade.

³ Em relação a essa questão ver, especialmente, as reflexões lançadas por vários autores na seção Debates - Vendo o passado: representação e escrita da história, *Anais do Museu Paulista*, vol. 15, n. 2, jul/dez/2007; o artigo de Dominique Poulot, *Le musée d’Histoire em France entre traditions et soucis identitaires*. *Anais do Museu Paulista*, vol. 15, n. 2, jul/dez, 2007; e a conferência de Dominique Poulot - Nação, museu, acervo. In: BITTENCOURT, J. N., BENCHETRIT, S. & TOSTES, V (org). *História representada: o dilema dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, p. 26-62.

⁴ Sobre o tema consultar, entre outros, MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, julho 2003, vol. 23, n. 45, p. 11-36.





enfrentamentos que perpassavam a sociedade brasileira.⁵ Contudo, é importante reconhecer que essas expressões visuais propõem entendimentos e interpretações que se referenciam em discursos historiográficos do século XIX, a despeito de não se confundirem com eles. De quais versões seriam tributárias? Seriam tributárias também de métodos de saber históricos mobilizados no século XIX?

Estudando interpretações constituídas em torno do processo de Independência e em torno da fundação do Império do Brasil, formuladas no século XIX e nos inícios do século XX, momento em que o Museu Paulista começou a adquirir as feições de museu de história, acredito ser pertinente estabelecer aproximações entre antigos e modernos, particularmente no tocante às práticas constitutivas do saber sobre a história.

Por antigos entendo aqueles que, a exemplo de José da Silva Lisboa e Armitage, foram participantes e interpretaram o processo político de emergência da nação nas primeiras décadas do século XIX. Por modernos, refiro-me a historiadores, como Affonso d'Escagnolle Taunay, que, nas décadas de 1920 e 1930, não só revisitaram as origens nacionais como reinterpretaram-nas valendo-se de textos e de suportes visuais, emblematicamente alocados nos espaços internos do Museu Paulista.

Para evidenciar essas aproximações, optei por utilizar uma imagem, uma metáfora – a de mosaico.⁶ A escolha foi inspirada em três referências: em uma passagem da obra de Oliveira Lima, *Formação histórica da nacionalidade brasileira*;⁷ em argumentos desenvolvidos por Affonso Taunay a respeito do

⁵ Na elaboração deste artigo, referencio-me fundamentalmente na decoração interna do Museu Paulista, de caráter permanente, que ocupa o saguão de entrada, a escadaria central e o salão de Honra, onde encontra-se em exposição a pintura *Independência ou Morte*, confeccionada por Pedro Américo, em 1888. A ornamentação que é alusiva ao centenário da Independência foi sendo concretizada por Affonso d'Escagnolle Taunay ao longo das décadas de 1920 e 1930, mas só foi inteiramente concluída na década de 1960. Sobre o tema, ver: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Museu Paulista: espaço de evocação do passado e reflexão sobre a história. *Anais do Museu Paulista*, 2003, vol. 10-11, n. 1, p. 105-126; MAKINO, Miyoko. Ornamentação do Museu Paulista para o Primeiro Centenário: construção de identidade nacional na década de 1920. *Anais do Museu Paulista*, 2003, vol. 10-11, n. 1, p. 167-195.

⁶ Sobre os sentidos do vocábulo mosaico, ver verbetes nas seguintes obras: HOLANDA, Aurélio Buarque. *Dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Fronteira, 1980; *Dicionário Huiass da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009; DAUZAT, Albert. *Dictionnaire étymologique de la langue française*. Paris: Larousse, 1938.

⁷ LIMA, Manuel de Oliveira. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. Prefácios de Gilberto Freyre, E. Martinenche e José Veríssimo. São Paulo/Rio de Janeiro: Publifolha/Topbooks, 2000. Trata-se da reedição do texto traduzido e publicado em português, em 1944.





método em história⁸ e, finalmente, em observações feitas por Karina Anhezini, na tese de doutorado que defendeu, em 2006, intitulada *Um metódico à brasileira*.⁹

Oliveira Lima, na obra mencionada, reuniu um conjunto de conferências proferidas em 1911, na Universidade de Sorbonne, e valeu-se da expressão *mosaico* para representar o Brasil à época da chegada da corte portuguesa, em 1808.

No ano de 1808 (...) o Brasil era um mosaico de províncias, cada qual tendo seu aspecto particular, mas ligadas pela identidade da raça, da língua e da religião, de maneira que o conjunto oferecia uma admirável harmonia. A autoridade real estendia-se sobre todo o imenso território e ligava entre si as várias divisões, subordinado-as à mesma direção...¹⁰

Note-se o modo pelo qual Oliveira Lima interpreta a figura de d. João e a ação da Coroa. Ambas são as autoridades a partir das quais o *mosaico* produzido pela colonização seria modificado e direcionado para dar lugar à gestação da nacionalidade brasileira. O Estado português, transplantado, havia então aberto o caminho para a construção nacional, criando condições para a superação da inorganicidade e atraso dos séculos anteriores, semeando no dizer do autor a “árvore da monarquia”.

Entretanto, a mesma imagem poderia ser acionada para compreender o próprio procedimento do historiador e seu esforço em articular informações e documentos dispersos para enfim compor uma síntese fundamentada que fosse capaz de prender a atenção de público não familiarizado com o assunto.

No mesmo ano, em 1911, Taunay proferiu uma conferência no Mosteiro de São Bento, na abertura do curso de graduação em História Universal, inaugurado na Faculdade Livre de Filosofia do Brasil, mantida por aquela instituição religiosa. Taunay, desde 1903, era professor do Ginásio São Bento e exerceu essa atividade até o final da vida. Seu objetivo na conferência foi o de mostrar para os jovens futuros historiadores as dificuldades do ofício e apresentar-lhes como o próprio título enunciava *Os princípios gerais da moderna crítica histórica*.

Ao longo da exposição, Taunay não utilizou a expressão *mosaico*, mas o modo pelo qual descreveu o trabalho do historiador e a criação que deveria realizar sugerem a pertinência da metáfora. Diz ele:

⁸ TAUNAY, Affonso d'Escragnolle. Os princípios gerais da moderna crítica histórica. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XVI, 1914, p. 323-344.

⁹ ARAÚJO, Karina Anhezini. *Um metódico à brasileira*. A história da historiografia de Affonso d'Escragnolle Taunay, 1911-1939. Tese de doutorado. Franca: Unesp, 2006.

¹⁰ LIMA, Manuel de Oliveira, op. cit., p. 135.





...O primeiro dos princípios da História é não ousar mentir de leve que seja, o segundo não reaar dizer a verdade em hipótese alguma, lembrando-se de que acima de tudo é preciso que não se dê ensejo a que pareça inspirada pela lisonja ou pela animosidade...¹¹

Sublinhando que escrever história é colocar-se em campo de luta, atravessado por controvérsias e discussões de mérito, Taunay diferenciava de modo enfático o historiador moderno e aquele que outrora não passava de cronista ou descritor, incapaz por sua unilateralidade de enfrentar o que ele designou como frouxidão e dubiedade, que lhe iam à alma.¹²

...A história se faz com documentos, os atos cujos vestígios materiais desapareceram estão perdidos para ela (...) Deve o historiador moderno começar por investigar e recolher documentos, cultivar intensamente o que os alemães batizaram de Heurística. Ninguém hoje pode descrever uma época sem se dar a um trabalho imenso de pesquisa e cotejo (...) Quanto mais distante dos nossos dias está a época que o futuro historiador pretende esquadrihar maior soma de conhecimentos lhe é imposta (...) Quanto mais longínquas tais épocas, maior importância toma a crítica dos documentos figurados: as obras de arte, a arquitetura, a numismática, todos os ramos da arqueologia... As grandes obras de História Universal ou de História Nacional que outrora bastavam para o esforço de um só homem, vem sendo substituídas pelas monografias, cada vez mais numerosas e pormenorizadas.¹³

Não poderia mais o historiador moderno colecionar os textos relativos aos acontecimentos que pretendia relatar, bastando-lhe acrescentar algumas frases de intermediação. Ao contrário, diante da confusão de materiais coletados, historiar era um trabalho penoso que envolvia a crítica interna e externa das fontes, bem como o cuidado com as “deformações literárias” que, a seu ver, tinham solapado a autoridade de Heródoto e de Tácito. Deformação oratória, que emprestava aos grandes homens faculdades que não tinham; deformação épica, que embelezava narrativas que não estavam ancoradas em documentos e fatos comprovados; deformação dramática, que comprometia a verdade com lances teatrais.¹⁴ Reconhecendo a diferença entre passado e presente – mas procurando nele as origens da sua atualidade – Taunay defendia a imparcialidade, o rigor no estudo e elucidação dos documentos, a busca de verdades comprováveis que

¹¹ TAUNAY, Affonso d’Escragnolle, op. cit., p. 325.

¹² Idem, ibidem.

¹³ Idem, p. 326-328.

¹⁴ Idem, p. 334.





fariam desmoronar as ilusões geradas por afirmações infundadas e por sínteses produzidas pela imaginação do cronista. As sínteses eram necessárias, mas deveriam ser construídas após a análise de particularidades e fatos precisos, depois que inúmeras monografias e empenhos coletivos, como os levados avante pelos institutos históricos, por exemplo, viessem a trazer à luz a verdade.

...Os fatos históricos fornecidos pelos documentos não são bastantes para ocupar a composição [que cabe ao historiador formular, havendo] **claros a preencher**. Daí a necessidade do esforço construtivo, a que obedece o historiador, tomadas as cautelas para que não se entrelacem o raciocínio e a análise documental, as conclusões de um exame de documentos e os resultados da argumentação, para que uma conjectura não assuma o aspecto da certeza, nem se lance mão de conclusões defeituosas...¹⁵

Karina Anhezini evidenciou grande proximidade entre as colocações de Taunay em 1911 e a obra de Langlois e Seignobos, editada em 1898. O próprio autor mencionou em carta, datada de 1930, que traduziu trechos daqueles historiadores franceses para compor a conferência de 1911.¹⁶ Contudo, é preciso levar em conta a multiplicidade de referências não declaradas, prática comum a Taunay, e em especial a possibilidade de que tenha se apropriado das e reinterpretado, por intermédio de diferentes filtros, as propostas dos chamados metódicos.

O fato de Taunay afirmar em obras posteriores sua ligação com os princípios firmados em 1911 não quer dizer que isso possa ser interpretado de forma literal. Ao contrário, valeu-se amplamente daquilo que denominou “deformação literária”, explorando metáforas como as que colocavam no mesmo patamar as ações dos bandeirantes do século XVII e as dele próprio e dos demais sócios do IHGSP – “somos os membros da bandeira que do passado procura fazer, em múltiplas, em contínuas entradas, o descimento das verdades históricas”.¹⁷ Além disso, a decoração interna do Museu sugere as maneiras pelas quais explorou amplamente as dimensões épicas e dramáticas de episódios da história paulista e brasileira, dando-lhes não apenas versão textual como, particularmente, suporte visual.

O exercício de historiar parece ter aprofundado, entretanto, a concepção de que o historiador podia ser comparado a um “mosaísta”, expressão usada por

¹⁵ Idem, p. 339.

¹⁶ ARAÚJO, Karina Anhezini, op. cit., especialmente Introdução e capítulo I.

¹⁷ TAUNAY, Affonso d'Escagnolle. Os quatro primeiros anos de vida do Instituto. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. 19, 1914, p. 5-13.





ele em 1931.¹⁸ Referia-se, especificamente, ao modo pelo qual o historiador trabalhava em um arquivo inexplorado, elogiando a relevância da iniciativa de Washington Luiz ao editar a série das atas e do registro geral da Câmara de São Paulo. Frisou, igualmente, que enquanto para ele e para Alfredo Ellis esta série documental fora de enorme utilidade na confecção de estudos bandeiristas, para Alcântara Machado fora “rica mina” a informar a história dos costumes.

A expressão *mosaico* referencia a técnica de transformar materiais variados, divididos em fragmentos diminutos, em uma figura única, uma obra de arte única, pois raramente seria possível reunir pedacinhos iguais em formato, tamanho e colorido, assim como reproduzir o quebra-cabeças e as habilidades do artífice que o executou. Em matemática, lembrando-se que Taunay possuía formação de engenheiro, representa o estudo do preenchimento do plano com figuras geométricas, como numa malha de triângulos, quadriláteros e hexágonos.

Até que ponto, entretanto, poder-se-ia relacionar diretamente este procedimento com o que Taunay denominou princípios da moderna crítica histórica? Em que medida o então estudioso de história não teria se inspirado em práticas mobilizadas pelos antigos, por historiadores do século XIX, reatualizando-as por meio das referências que circulavam em seu meio social e época? O mesmo poder-se-ia conjecturar em relação a Oliveira Lima. Além disso, esta apropriação e reinterpretação não estariam circunscritas aos procedimentos, mas abarcariam igualmente o conteúdo da narrativa, não apenas reforçando-a, mas conferindo-lhe autoridade e comprovação. Proponho nesse sentido um exercício de reflexão tomando como referenciais as obras de dois políticos e historiadores do século XIX que legaram interpretações seminais sobre a Independência e a fundação do Império: José da Silva Lisboa e John Armitage.

2. A *História* e os procedimentos de Silva Lisboa

Por *Decisão* de 7 de janeiro de 1825, d. Pedro, “...desejando perpetuar a memória dos sucessos do Brasil, principalmente desde o memorável dia 26 de fevereiro de 1821...”, indicou José da Silva Lisboa para se encarregar da elaboração da obra *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*. Na *Decisão* explicitava-se que a “referida história” deveria ter por “seguros guias os verídicos documentos extraídos de todos os arquivos da nação”, que

¹⁸ TAUNAY, Affonso d’Escagnolle. Heurística paulista e brasileira. *Anais do Museu Paulista*, vol. 4, 1931, p. 411-425. Ver, também, os capítulos 1 e 2 da tese de Karina Anhezini, já citada.





seriam remetidos a Silva Lisboa pela Secretaria de Negócios do Império e por todas as demais autoridades que para esse fim fossem consultadas. Previa-se, também, que o franciscano frei Francisco de Sampaio – um dos redatores de o *Regulador Brasileiro* – prestaria sua colaboração para a iniciativa.¹⁹

A obra organizada em quatro tomos ou seções, foi editada entre 1827 e 1830, pela Tipografia Imperial.²⁰ Fundamentou-se em cuidadosa coleta, leitura e disposição de documentos e constituiu a primeira interpretação circunstanciada dos eventos que definiram a aclamação de d. Pedro e do Império. Logo na Introdução, Lisboa esclarece que procurou reunir e editar como apêndice as relações de documentos que possibilitaram definir os “sucessos dignos de Memória”, ressaltando que jamais deixou-se levar por preconceitos, “contos do vulgo ou juízos temerários”, orientando-se pelos “monumentos autênticos e pelos fatos notórios”.

A despeito de circular cinco anos após a oficialização do rompimento com Portugal, o período tratado detalhadamente, incluindo significativa reprodução de decretos e deliberações de governo, situa-se entre fevereiro de 1821 e março de 1823, abrangendo desde a movimentação de rua ocorrida na cidade do Rio de Janeiro em torno do juramento à futura Constituição feita pelas Cortes em

¹⁹ *Coleção das decisões do governo do Brasil de 1825*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, p. 5-6. Frei Francisco de Santa Teresa Sampaio (1778/1830) era religioso da ordem de São Francisco e exerceu, especialmente após 1808, inúmeras atividades dentro e fora da Província franciscana do Rio de Janeiro, sendo professor, pregador na Real Capela, examinador da Mesa de Consciência e Ordens, além de se tornar conhecido pelos sermões e pela participação na imprensa. O periódico *Regulador Brasileiro* denominava-se inicialmente *Regulador Luso-Brasílico* e passou a circular na cidade do Rio de Janeiro, em julho de 1822, às vésperas das eleições para a formação da Assembleia de deputados das províncias do Brasil, convocada a 3 de junho do mesmo ano. Teve o nome alterado a partir de outubro de 1822 e era redigido, também, por Antonio José da Silva Loureiro, oficial da Secretaria dos Negócios Estrangeiros. A publicação recebeu apoio do governo de d. Pedro, durante o período em que José Bonifácio foi ministro, por difundir “corretas” teorias políticas. Ver: *Coleção das leis do Brasil*, vol. 1822. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, p. 68. A coleção completa do periódico encontra-se na Biblioteca Nacional. Segundo Teresa Cristina Kirschner, Lisboa deveria receber também nessa empreitada a colaboração de Domingos Alves Branco Moniz Barreto. Entretanto, atuou solitariamente, contando com a ajuda de um escrivão do Senado do Império. Em 1830, o senador Nicolau de Campos Vergueiro, em nome da contenção de despesas, sugeriu a suspensão do pagamento desse escrivão, o que foi aprovado. Assim, Lisboa teria sido obrigado a abandonar a conclusão da obra, obstada pela atuação de opositores do imperador e de uma *História do Império* a ele dedicada. Ver: KIRSCHNER, Teresa Cristina. *José da Silva Lisboa, visconde de Cairu*. Itinerários de um ilustrado luso-brasileiro. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2009, p. 267-269.

²⁰ LISBOA, José da Silva (visconde de Cairu). *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil dedicada ao senhor d. Pedro I*. Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Nacional, 1827/1830. Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.





Lisboa até os primeiros meses do governo de d. Pedro I, ressaltando-se o gradual reconhecimento da autoridade do recém coroado imperador por parte das juntas governativas de diversas províncias. Em razão do recorte cronológico – e provavelmente para não macular a trajetória heróica atribuída ao monarca – não foram mencionados explicitamente os acontecimentos que cercaram o fechamento da Assembleia Constituinte e a outorga da Carta de 1824.

Produzida em grande parte para preservar do desgaste político a figura do imperador, em momento marcado pela perda de popularidade em função da guerra da Cisplatina e de embates entre ministros e Câmara dos Deputados,²¹ a narrativa tornou-se fonte de consulta para os historiadores que escreveram sobre o assunto ao longo do século XIX e serviu de inspiração, juntamente com o relato testemunhal de padre Belchior, para que, nos fins do século XIX, Pedro Américo retratasse a cena do Ipiranga, no painel que se tornou a representação emblemática da Independência.²²

Quando comparada ao espectro de registros disponíveis sobre o mesmo período,²³ a crônica formulada por Lisboa evidencia-se como reconstituição deliberada de cenas e eventos destinada a “perpetuar” uma memória cuidadosamente formulada sobre a “fundação do Império da América Meridional”. Esse direcionamento pode ser percebido a partir da epígrafe, extraída da *História do Brasil*, escrita por Robert Southey, e que abre cada uma das seções em que se divide a obra.

²¹ Sobre as repercussões políticas do conflito armado na região da Cisplatina e sobre os enfrentamentos entre o imperador, ministros e membros da Câmara dos Deputados, agravados a partir de 1827, consultar: MONTEIRO, Tobias. *História do Império: o primeiro reinado*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982, 2^o vol., caps IX-ss.

²² Foi de padre Belchior a primeira descrição detalhada sobre o episódio de 7 de setembro de 1822, em São Paulo. Membro da comitiva que acompanhava o então príncipe d. Pedro, Belchior divulgou seu depoimento, em 1826. Encontra-se reproduzido na obra de Assis Cintra, *D. Pedro I e a Independência*. São Paulo: Melhoramentos, 1922. Quanto ao painel *Independência ou morte*, foi elaborado por Pedro Américo de Figueiredo e Mello, entre 1886 e 1888, e está em exposição permanente no Museu Paulista da Universidade de São Paulo, conhecido como Museu do Ipiranga.

²³ Refiro-me, entre outras, às seguintes fontes: publicações avulsas e periódicas que circularam no Rio de Janeiro e nas demais províncias, conforme indicações de Ana Maria de Almeida Camargo e Rubens Borba de Moraes na obra *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro, 1808/1822*. São Paulo: Edusp/Kosmos, 1993, 2 vols.; *Diários das Cortes Constituintes da nação portuguesa, 1821/1822*, disponível no site www.ucp.pt/site/custom/temple/ucptplfac; *Diários da Assembleia Legislativa e Constituinte*, 1823. Edição fac-similar. Brasília: Senado Federal, 2003, 3 vols.; *Coleção das leis do Brasil, 1808/1831*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885; *As juntas governativas e a Independência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973, 3 vols.





A história do Brasil é menos bela que a da Mãe-Pátria e menos esplêndida que a dos portugueses na Ásia; mas não é menos importante que a de qualquer delas (...) Descoberto o Brasil por acaso, e por longo tempo deixado ao acaso, foi pela indústria dos indivíduos, e pela operação das leis comuns da Natureza e da sociedade que se levantou e floresceu este império, tão extenso como agora é e tão poderoso como algum dia virá a ser.

Fundamentando-se em registros fragmentários e escolhidos a dedo, Silva Lisboa, entretanto, procurou obliterar esse procedimento. Projetou, após detalhada recuperação e articulação de documentos e registros produzidos pelo governo do Rio de Janeiro, pelos governos provinciais e pelas Cortes em Lisboa, uma síntese coerente e “fidedigna” na qual foram sublinhados os vínculos entre independência e separação de Portugal; o aprisionamento do processo político à imagem incruenta de uma transição continuísta; e a convicção de que grande parte da sociedade da época não passava de espectador assustado e passivo diante da luminosidade das atitudes de certas personagens, entre as quais encontrava-se, especialmente, d. Pedro.

Sem dúvida, Lisboa foi um dos mais importantes protagonistas das experiências que teve a incumbência de selecionar e registrar anos depois. Era homem de reconhecido prestígio pela erudição e pelos importantes cargos que desempenhou durante o governo joanino e no Primeiro Reinado, ocupando uma cadeira no Senado do Império quando da edição da *História*. Uma das questões centrais proposta por sua obra reside na maneira pela qual reconhece diferentes interlocutores nas lutas políticas em curso – a “*cabala anti-brasílica*” nas Cortes, os “anarquistas”, os “republicanos”²⁴ – mas retira deles a iniciativa das ações colocando-a, inicialmente, no âmbito restrito da pessoa do rei e depois nas mãos

²⁴ Cabe lembrar que, nessa época, as expressões *república* e *republicano* não se referiam apenas a uma forma de governo. A expressão *república* punha em relevo o bem comum e os interesses públicos. Para os grupos que a defendiam, representava o governo dirigido pela vontade geral do povo, compreendendo a soberania dos cidadãos e de seus representantes reunidos no poder legislativo, condição para o exercício da liberdade política. Nessa perspectiva, que era a dos protagonistas da Revolução Americana e de Rousseau, não bastava impor limites ao governo impedindo que fosse arbitrário. Era necessário criar um espaço para que os cidadãos participassem da gestão dos negócios públicos, instaurando-se o “império da lei”, o que necessariamente não era incompatível com uma monarquia constitucional e representativa. Silva Lisboa desqualificava esse encaminhamento por não aceitar que o poder soberano se concentrasse no legislativo, retirando-se do monarca a atribuição de influir nas leis ou de vetá-las. Ver: ARENDT, Hannah. *Sobre la revolución*. Tradução de Pedro Bravo. Madrid: Ediciones de la Revista do Ocidente, 1967, cap. 2; MATTEUCCI, Nicola. *República*. In: BOBBIO, N., MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. (org). *Dicionário de política*. 12ª edição. Tradução de Carmen C. Varriale et al. Brasília: UnB, 1999, 2ª. vol., p. 1.107-ss.





do príncipe. Ao subtrair o espaço de atuação da sociedade, dos grupos políticos e de seus inúmeros porta-vozes, faz crer que a cronologia dos acontecimentos seja ditada pela sucessão linear de decisões adotadas pelas autoridades como se, no Brasil, a “revolução da Independência”, como ele mesmo designou, fosse obra e graça do Estado monárquico, enraizado desde 1808, mas cujas tradições e legitimidade remontavam aos primórdios da monarquia portuguesa.

Foi com a chegada da corte portuguesa que teria se verificado a supressão do “sistema colonial” e, segundo o autor, dessa data em diante o Brasil se tornou, do ponto de vista territorial e político, um “Estado” que passou a se desenvolver de forma autônoma e separada de Portugal, o que foi ratificado com a elevação a Reino, em 1815, evento qualificado como “Magna carta da Emancipação”. Assim, a reorganização da monarquia portuguesa no Rio de Janeiro teria se realizado sem conflitos, resistências ou controvérsias, a não ser a minimizada “rebelião” de 1817 em Pernambuco. Mais ainda, dentro dos limites estritos da “ordem pública”, a corte em solo carioca promoveu profunda reviravolta, plantando na América o germe daquilo que viria a acontecer posteriormente, tanto em termos do rompimento com o Reino europeu quanto no âmbito da opção monárquica que não surgiu como alternativa historicamente possível, mas como caminho obrigatório traçado antecipadamente, em virtude da inversão de posições no interior dos domínios portugueses, já que a América passara a ser a “cabeça” do Império.

A história da “revolução da Independência” mescla-se ao movimento de definição da figura de d. Pedro como grande articulador da unificação das províncias e dos monarquistas constitucionais em torno da fundação de um Império no Brasil. Comparando o príncipe a Júlio César, Lisboa recorreu à história do cônsul romano para ponderar que “a natureza e a fortuna” haviam dado a ambos “a maior e a melhor coisa que podiam para fazer bem a muitos (...) o poder e o querer”.²⁵ Simultaneamente, delineia-se o perfil dos discordantes e dos resistentes às decisões de d. Pedro. Desqualificados politicamente, são descritos como rebeldes isolados, meros vendedores de ilusões, cuja prática contradizia a palavra, pois ao invés de regenerar a monarquia pretendiam destruí-la e com ela todas as legítimas proteções às liberdades civis. Inspirando-se provavelmente em Benjamin Constant e na separação que estabeleceu entre a liberdade dos antigos e a dos modernos,²⁶ Lisboa acusava os adversários de

²⁵ Idem, *ibidem*, seção I, p. 175.

²⁶ Escritas em 1819, as reflexões de Constant intituladas “Da liberdade dos antigos comparada a





d. Pedro de defenderem ideias deslocadas de seu tempo e propalarem a “anarquia”, tentando convencer o “povo” a apoiar princípios incompatíveis com o grau de “civilização” da sociedade, o que justificaria a imposição de restrições à participação no mundo da política.

Cairu procurou convencer o leitor de que a tangibilidade do Império e a autoridade que o monarca e a corte do Rio de Janeiro poderiam exercer sobre o conjunto das províncias já estavam sedimentadas nos fins de 1822. Argumentava que essa era uma conquista política decorrente da ação do príncipe. D. Pedro soubera acumular experiência e traquejo nos episódios do “Fico” e da convocação da Assembleia, o que teria sido de grande importância para enfrentar o pai e as Cortes e para conciliar o “princípio da legitimidade com o liberal espírito do século”.²⁷

O engrandecimento tanto da figura do herdeiro da monarquia portuguesa quanto do caráter continuísta e legalista da “revolução da Independência” acabaram por simplificar as lutas políticas, reduzindo-as a dois eixos de oposição. De um lado, um enfrentamento de caráter externo e de feições coloniais, protagonizado pelas Cortes “recolonizadoras” e pelo príncipe, com o apoio de “brasileiros” e “portugueses” radicados no Brasil; de outro, um antagonismo no interior da sociedade, que se desdobrou nas províncias e na Corte, entre monarquistas constitucionais e republicanos e que teria como desfecho a aclamação do Império e do imperador, com a vitória dos portadores da única solução viável e legítima para a fundação da nação.

Redigido e publicado em momento crucial do Primeiro Reinado, quando as oposições ao imperador na Câmara dos Deputados e na imprensa recuperavam o passado recente para argumentar contra a “tirania” e o “arbítrio” do governo, o texto de Silva Lisboa selou uma interpretação que encontrou respaldo em outras produções de cunho político e historiográfico, a exemplo da obra de Varnhagen.²⁸

dos modernos” propõem que, entre gregos e romanos, o usufruto da liberdade se relacionava à participação no poder político, diferenciando-se da liberdade dos modernos que residia, a seu ver, na independência privada. Assim, observou “...o objetivo dos antigos era o de que o poder social fosse compartilhado entre todos os cidadãos de uma mesma pátria. Era isto que nomeavam liberdade. O objetivo dos modernos é a segurança nas atividades privadas, e eles designam liberdade as garantias que as instituições asseguram para isso...”. Consultar: MANENT, Pierre (dir). *Les liberaux*. Paris: Hachette, 1986, 2 vol, p. 72-ss. Sobre a obra de Constant ver, também, o artigo de Modesto Florenzano, Da força atual do pensamento de Benjamin Constant e da necessidade de reconhecê-lo. *Revista de História*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, n. 145, 2001, p. 167-180.

²⁷ Idem, *ibidem*, seção III, p. VIII.

²⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da independência do Brasil*. 3ª edição. São Pau-





Mas, a coerência e fundamentação da linha interpretativa por ele lançada não quer dizer que tenha predominado no debate em torno da *independência* e da *revolução* no século XIX. Outros políticos e cronistas registraram aspectos e situações que nuançaram e minimizaram a argumentação segundo a qual a fundação do Império deu-se sob o signo da continuidade e da preservação de heranças políticas da monarquia portuguesa, o que se justificaria, entre outras circunstâncias, pela escravidão e pelos anos de absolutismo que impediram que a nação estivesse plenamente preparada para assumir por si mesma a gestão dos negócios públicos. As considerações de Armitage e o modo como descreveu as condições nas quais se processou o aparecimento da nação e do governo constitucional no Brasil sugerem não só outras dimensões das lutas políticas como contraditam a interpretação construída por Cairu.

2. Armitage: a história protagonizada pelos cidadãos

Enquanto Silva Lisboa procurou subsídios no percurso político europeu para traçar a trajetória da “*revolução da Independência*”, aproximando a América portuguesa do Velho Mundo, Armitage dedicou-se de forma mais atenta às singularidades da sociedade colonial. Negociante inglês radicado no Rio de Janeiro durante a década de 1820 e testemunha da Abdicação, escreveu e publicou a *História do Brasil*, em 1836, na Inglaterra.²⁹ Logo no prefácio indicou

lo: Melhoramentos, 1957. Cabe lembrar, entretanto, que os vínculos entre a obra de Varnhagen e a de Silva Lisboa encontram-se entremeados por inúmeras mediações. Varnhagen recuperou e deu acabamento a argumentos lançados pelo cronista, sublinhando a positividade da colonização portuguesa na América, bem como a atuação decisiva da corte portuguesa no desenrolar evolutivo, encadeado e ininterrupto de acontecimentos ocorridos no Rio de Janeiro, entre 1808 e 1825. Mas, ao mesmo tempo em que enfatizou a continuidade e a transição legítima que teriam marcado o processo de separação e de organização do Império, distanciou-se do caráter revolucionário que Lisboa atribuiu aos eventos e a suas repercussões. Sobre a relevância da interpretação elaborada por Varnhagen na produção historiográfica sobre o período, consultar: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *A astúcia liberal*. Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro, 1820/1824. São Paulo: Ícone/USF, 1999, cap. 1; e o artigo de Wilma Peres Costa, A Independência na historiografia brasileira. In: JANCÓS, István (org). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005, p. 53-ss.

²⁹ ARMITAGE, John. *História do Brasil* desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de d. Pedro I, em 1831, compilada à vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da *História do Brasil* de Southey. São Paulo/Belo Horizonte: Itatiaia, Edusp, 1981. A 1ª. edição no Brasil foi em 1837. Sobre os significados da obra de Armitage para a configuração de uma história do Império, ver: MARSON, Izabel Andrade. *Política, história e método em Joaquim Nabuco*. Tessituras da revolução e da escravidão. Uberlândia: Edufu, 2008, p. 21-29.





algumas das razões que o levaram a investigar o “progresso gradual da nação brasileira” no início do século XIX.

Talvez não haja país algum com o qual as relações da Grã-Bretanha sejam tão vastas e do qual, entretanto, conheça tão pouco, como o Império do Brasil. A carência de quaisquer meios de referência sobre os negócios políticos e financeiros do país foi tão vivamente sentida pelo Autor, durante sua longa residência no país, que o induziu a empreender a história que se segue, principalmente pela consideração das vantagens que, do ponto de vista comercial, lhe adviriam do conhecimento perfeito dos fatos assinalados.³⁰

Muito embora sublinhasse os interesses comerciais que o moviam, suas vistas estavam voltadas, também, para “motivos superiores”, particularmente a compreensão de que “a História já não pode ser considerada como mera resenha de tiranias e carnificinas, mas antes como o arquivo das experiências tendentes a mostrar a maneira de assegurar aos governados as vantagens dos governos”.³¹ Mostrava-se, assim, contrário à monarquia absoluta e às “guerras civis modernas”, pois não eram exemplos convenientes para orientar os povos nos trilhos do desenvolvimento material, da moderação, da paz e da submissão às autoridades públicas.

A condição de negociante inglês residente no Rio de Janeiro parecia ser a garantia da observação imparcial dos episódios e do privilégio de manter-se distante das paixões, proporcionando uma base segura para a elaboração de escrita reveladora da paulatina superação das instituições coloniais pelos “brasileiros” e da maneira pela qual iniciaram a organização da sociedade civil e do governo monárquico representativo. Além disso, “teve à disposição documentos e fontes de informação franqueados a poucos. Teve ocasião de visitar, também, o teatro da Guerra Cisplatina”,³² bem como de acumular observações pessoais. Valeu-se dos mesmos documentos de governo utilizados por Lisboa e igualmente das considerações que este havia formulado. Mas, em sua composição, acrescentou relatos de viajantes e informes extraídos de políticos com os quais teve contato, entre os quais, Evaristo da Veiga.

Nesse sentido, particularmente entre 1822 e 1831 teria se desenrolado uma “revolução” que não representou apenas a separação política de Portugal, mas o progressivo abandono de práticas políticas “atrasadas” e “absolutistas” que

³⁰ ARMITAGE, John, op. cit., p. 25.

³¹ Idem, ibidem, p. 25.

³² Idem, p. 25.





os portugueses haviam deixado como herança, rechaçada pela “gente livre da terra” quando sustentou o movimento contra o primeiro imperador.

Dessa forma, a “revolução da independência” foi apresentada como conjunto de transformações que, se estavam articuladas à transferência da sede da monarquia portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, não decorriam diretamente desse evento. Ao contrário, representavam um rompimento com práticas e situações anteriores, seja em termos da administração, das leis, dos costumes e da situação econômica da antiga colônia seja no tocante às pessoas e aos grupos que exerciam o poder político.

A *História* que Armitage elaborou fundamentou-se na negação da colonização portuguesa e na crítica ao atraso de Portugal. Da colonização portuguesa havia resultado uma sociedade despojada de relações organizadoras do trabalho, da moral e da educação. Aos olhos do cronista, assemelhava-se a um amálgama disforme e matizado que não se identificava com as formações sociais europeias geradas pelas “práticas feudais” tampouco com o padrão civilizatório do início do século XIX. Entretanto, essas condições alteraram-se profundamente com a transferência da Corte portuguesa para a América e com as inúmeras consequências que este acontecimento provocou.

Iniciava-se para Armitage o caminho irreversível da “civilização”. Entretanto, era inevitável que seu desdobramento desencadeasse a ampliação das divergências entre os reinos do Brasil e Portugal, o que se manifestou de forma contundente com a revolução de 1820 e suas repercussões no Rio de Janeiro e nas províncias.

Mas, o que Armitage procurou ressaltar no período entre 1821 e 1823 foi sobretudo o envolvimento dos “brasileiros” com a política, com reivindicações relacionadas ao alargamento do espaço de participação e de influência no governo e, especialmente, a experimentação de situações inéditas, a exemplo das primeiras eleições para a indicação de representantes provinciais junto às Cortes; dos episódios da praça do Comércio no Rio de Janeiro em que se defrontaram grupos políticos divergentes e exigências “exaltadas”; da movimentação em torno da permanência do então príncipe real; e da organização de uma Assembleia com caráter legislativo. Era, desse modo, que a “revolução progredia”.

Nesse sentido, o que Armitage aponta é um campo político ocupado por grupos com posições divergentes, ainda inexperientes em termos de governos constitucionais mas dotados de iniciativa e vontade, que optaram por se aliar em torno de d. Pedro e do rompimento político com Portugal para fazer frente à ingerência





que as Cortes de Lisboa pretendiam exercer no Brasil. Contudo, este procedimento não aplainou as diferenças de perspectiva e de ambição que havia entre eles.

Assim, a declaração da independência e a opção monárquica, representada pela “aclamação popular” de d. Pedro, a 12 de outubro de 1822, foram marcos de lutas políticas que se estenderiam pelo Primeiro Reinado. Na interpretação de Armitage, ao mesmo tempo em que eram dados passos decisivos para a consolidação institucional do novo regime, recrudescentes os conflitos entre “patriotas liberais” e “realistas”, avivando-se, igualmente, antagonismos e incompatibilidades entre a sociedade e o imperador.

Descrevendo detalhadamente as decisões do governo sediado no Rio de Janeiro e suas repercussões, entre 1822 e 1831, a narrativa do cronista inglês procura acompanhar o aparecimento da nação e o modo pelo qual, em 1821, investiu contra o Estado absolutista, imprimindo outros rumos aos negócios públicos, em razão da abertura de espaços para o exercício da liberdade política dos cidadãos. Em um primeiro desdobramento, a nação havia se constituído dos dois lados do Atlântico, mas as atitudes das Cortes em Lisboa e o respaldo conferido à proposta de separação de Portugal promoveram, em 1822, uma mudança de percurso e o pacto social foi refeito no âmbito do Reino do Brasil. Logo depois, conforme Armitage, a nação viu-se reprimida pelos instrumentos de que dispunha o Estado para impor-se a ela. Pela força das armas, a Assembleia Constituinte foi fechada, em 1823, a oposição foi perseguida e dissolvida na corte e nas províncias e o texto constitucional foi imposto, em 1824, traçando as feições da nação mesmo à revelia.

Afinando sua interpretação com as críticas que os “liberais moderados” levantaram contra o governo, Armitage sustentou que a Abdicação simbolizava a vitória de uma nova nacionalidade. Abria-se, a partir de 1831, a possibilidade da consolidação da independência, da ruptura com o passado colonial e da organização das bases materiais e morais do sistema representativo e do Império. Por intermédio da movimentação armada e civil, as instituições e os instrumentos de poder seriam adequados a uma sociedade diversa da europeia e que poderia chegar à “civilização” por caminhos singulares em relação ao percurso das nações do velho continente, o que d. Pedro e muitos de seus auxiliares não tinham conseguido perceber.³³

³³ MARSON, Izabel Andrade, op. cit., p. 27-28.





3. Projetos políticos e confrontos entre memória e esquecimento

A maneira pela qual Armitage narrou as circunstâncias históricas está pautada no reconhecimento da emergência e da tangibilidade da nação, nas primeiras décadas do século XIX, apontando igualmente a matização, a autonomia e a capacidade de mobilização dos sujeitos históricos que estiveram envolvidos naquele processo político e que através dele se constituíram cidadãos do Império. Nesse sentido, sua obra expressa exemplarmente a projeção de uma memória do período que se contrapõe à versão consagrada por Silva Lisboa.

O ponto central da divergência não está na certeza do aparecimento da nação, com o que Cairu concordava, mas no modo de compreender a dinâmica da sociedade e no conteúdo atribuído à revolução e a seus protagonistas. Lisboa engrandeceu o Estado e os Bragança como agentes da revolução, mesmo admitindo a presença e atuação de grupos adversários, o que sugere fissuras na aparência monolítica e linear, que foi atribuída às ações da Coroa portuguesa e posteriormente ao príncipe herdeiro. Em contrapartida, Armitage descreveu uma trajetória na qual nação e Estado aparecem como entidades que se complementam, pois uma depende da outra para exteriorizar-se, mas ao mesmo tempo se negam, uma vez que ora é a nação que busca revolucionar o Estado, como em 1822 e 1831, ora é o Estado que limita e constrange a coletividade nacional, a exemplo dos episódios de 1823 e 1824.

As interpretações de Cairu e Armitage foram engendradas em momentos históricos diferentes e pela mediação de lugares sociais também diversos. Ambas, no entanto, mostram a complexidade das circunstâncias e uma intrincada trama entre atores e propostas, conduzindo tanto a interrogações essenciais para a compreensão do período quanto a questionamentos sobre os procedimentos que ambos colocaram em prática para historiar o presente que vivenciaram e o passado para o qual se voltaram na busca de explicitações sobre as origens da “revolução” que os envolveu e da nação que resultou do processo revolucionário.

Foi Carlos Alberto Vesentini³⁴ quem indagou acerca dos critérios com os quais o historiador fala de uma época que não é a sua, apontando a abrangência dessa interrogação quando se refere a um passado que ainda lança sua força e categorias explicativas sobre o presente, como é o caso da construção do passado nacional. Vesentini questionava o saber consagrado e a objetividade

³⁴ VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*. Uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo: Hucitec/PPGHS, 1997.





da ciência, delineando os nexos entre movimento da história, registros sobre a história, memória e política.

Também Walter Benjamin interrogou os vínculos de quem historia com o passado. Como observou Olgária Mattos,³⁵ para Benjamin era possível haver uma relação de identificação com o passado, mas era possível igualmente pensar-se numa relação de construção. Para ele, os monumentos compunham a memória produzida deliberadamente para durar e para repor a tradição de saberes e procedimentos. Os documentos eram fragmentos que restaram, malgrado eles próprios, e que não apresentavam sintaxe aparente ou clara para nós. Por meio deles, o filósofo propôs a possibilidade de reabrir o passado, reconstituir os liames entre fatos e interpretações, evidenciar os fundamentos, bem como as substâncias de método e da política que ainda hoje sustentam a prática do *mosaico*.

Que distanciamentos e mediações poderiam ser estabelecidos entre os procedimentos que Lisboa e Armitage mobilizaram para compor suas respectivas interpretações e as premissas expostas por Taunay nas décadas iniciais do século XX? Ressalte-se que essas premissas não estavam presentes apenas nos textos que Taunay formulou, orientando sobretudo a criação do ambiente visual do Museu Paulista. Esse ambiente foi sendo composto ao longo de pelo menos duas décadas. Cada peça foi procurada, colecionada e, em vários casos, encomendada. O *mosaico* com suas cores e formas sofreu alterações de percurso e de conteúdo e foi concluído apenas no final dos anos 30, quando o *Guia do Museu Paulista*³⁶ expôs uma síntese tanto dos suportes visuais quanto da interpretação que sustentavam.

Se não há como historiadores antigos e modernos fugirem aos fragmentos, a questão é como se posicionar frente a eles: ou como autoridade exterior que lhes imprime sentido e os transforma em mosaico, ou numa outra dimensão, buscando como se originaram e como chegaram até nós. Parece-me pertinente, então, para concluir, lembrar que *mosaico* possui a mesma raiz grega dos vocábulos *musa* e *museu*. Como que a recordar a todos a envergadura do embate, sempre renovado, entre os enigmas que a variedade de fragmentos sugere e os esforços que as tentativas de interpretação e sistematização diuturnamente realizam.

³⁵ MATTOS, Olgária. História e memória em Walter Benjamin. In: *O direito à memória*. São Paulo: Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal da Cultura, 1992, p. 151-156.

³⁶ TAUNAY, Affonso d'Escagnolle. *Guia da secção histórica do Museu Paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1937.

